

Juventude, Grêmios Estudantil e Ação Coletiva: considerações em torno dos movimentos sociais na contemporaneidade¹.

Francisco André Silva Martins²

Outros são os tempos e as certezas se desfizeram em pó. O rompimento com os paradigmas da modernidade conduziu a sociedade a um cenário nebuloso. O moderno foi ultrapassado ou está em processo de alteração, não se sabe ao certo, contudo não há prova cabal de onde estamos ou para aonde vamos. Na realidade, a incerteza comprova o desconhecimento sobre a sociedade em que estamos vivendo (MELUCCI, 1999).

As convicções, antes tão pautadas na certeza de uma evolução rumo ao progresso, na atualidade já não são terreno seguro. Essa é a nossa sociedade atual. Diante desse cenário, novas questões são colocadas a respeito dos movimentos sociais, suas possibilidades de atuação e promoção de mudanças no contexto social. O presente trabalho pretende fazer algumas considerações em torno da juventude e sua possibilidade de ação coletiva através de grêmios estudantis na educação pública. Para tal empreitada utilizaremos o rico arcabouço teórico proposto por Alberto Melucci sobre o tema em questão.

Os movimentos sociais na modernidade, principalmente, a partir do final dos anos 60 do século XX, tinham como base uma ideologia fortemente pautada na teoria marxista. Esses eram entendidos como verdadeiros arautos da mudança, a mola propulsora para uma “evolução” a caminho de uma sociedade irrefutavelmente melhor. Nesse sentido, as pretensões eram de alterações estruturais da ordem social estabelecida, a promoção de uma revolução no sentido marxista da palavra. A instância de atuação era delimitada por uma fronteira rígida que colocava em campos opostos a esquerda e a direita, o proletariado e a burguesia. Os papéis e os lugares a ocupar estavam determinados. O movimento era linear e buscava o progresso ao almejar a sociedade ideal (PRADO; SOUZA, s.d.).

¹ Trabalho apresentado no I Encontro dos Pesquisadores em Educação dos Programas de Pós-Graduação em Belo Horizonte – UFMG – PUC-MG – CEFET – UEMG – Mesa: Educação e Movimentos Sociais.

² Mestrando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais FAE-UFMG, professor de História da Rede Pública Estadual de Ensino na cidade de Betim – MG, com Graduação em História pelo UNI-BH Centro Universitário de Belo Horizonte, com Pós-graduação Lato Sensu em História e Cultura Mineira pela FIPEL Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo.

Nesse contexto, as ações promovidas pelo movimento social suplantam a atuação do indivíduo, estabelecendo um modelo de *ator único*. O espaço da diferença se dá entre o proletário e o burguês, qualquer coisa, além disso, pode significar uma desigualdade interna no sentido sócio-econômico, ou mesmo, um perigo eminente para a identidade idealizada por parte do movimento. Daí o estabelecimento da homogeneidade como característica pontual.

Essa situação levanta questões principalmente no que concerne à noção de tempo, diante desse cenário ele assume um papel importante. Mesmo diante dos avanços, da dinâmica e da aceleração dos acontecimentos sociais, a sociedade é ainda controlada por um tempo advindo da máquina. Assim, o ator social deve cumprir com o papel esperado para a manutenção de uma ordem social estabelecida, ou seja, deve se adaptar a essa cronologia.

Assim:

O tempo que todos nós herdamos da modernidade é aquele medido pelo relógio, aquele que marca nossos horários cotidianos, organiza a vida social, assinala papéis, mede atrasos e decide o valor dos desempenhos. Os relógios são máquina; portanto, instrumentos que medem o tempo como uma quantidade homogênea, divisível e equivalente. (MELUCCI, 2004, p.20).

Em se tratando de tempo Melucci faz uma distinção entre o *tempo social* e o *tempo interno*. Muitas vezes não encontramos uma relação condizente entre esses dois expoentes (MELUCCI, 2004). Enquanto o tempo social é linear, estrutural, tem um objetivo e uma ordem; o tempo interno é o subjetivo, é o tempo do desejo, da multiplicidade, do afeto, se diversifica e se sobrepõe. Há um distanciamento entre a subjetividade das emoções e a objetividade das regras sociais. Os atores devem conviver nesse universo multifacetado e “o problema atual é o reconhecimento dessa pluralidade, sem pretensões de reduzir nossa experiência do tempo em uma única dimensão” (MELUCCI, 2004, p.36).

Ao término do século XX, mais especificamente ao final da década de 80 com a queda do muro de Berlim e o início da década de 90 com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, questionamentos são levantados quanto aos rumos da sociedade (HOBSBAWM, 2001). Diante do acontecido, dúvidas são lançadas também sobre os movimentos sociais e sua capacidade de promover mudanças, bem como, sobre os indivíduos que compõem a sociedade. Tais sujeitos

passaram a ser vistos como desprovidos da capacidade de mobilização, da coesão proporcionada pela consciência de classe. Para tal situação, o que tem sido recorrente como paliativo, é a tentativa de explicar a incerteza desses tempos com a utilização de uma coleção dos mais variados adjetivos. Esses passam por pós-modernidade, sociedade pós-industrial, modernidade tardia, modernidade líquida e sociedades complexas (MELUCCI, 1999).

Entretanto, ao que parece, a questão não é de tão simples resolução, ou mesmo, está sanada na utilização dos adjetivos. O problema não está no fim ou não dos movimentos sociais, mas na forma adequada de proceder diante do novo. O interesse das ciências sociais tem aumentado diante das questões postas pela subjetividade, o indivíduo aparece como ator social em potencial, o que pode sinalizar outros horizontes para possíveis estudos acerca da sociedade, os movimentos sociais e os novos problemas postos. De acordo com Melucci pode ser o reconhecimento do que ele chama de “vínculo entre as mobilizações coletivas visíveis e as formas menos evidentes de ação que realizam os indivíduos em suas esferas mais íntimas de experiência”³(1999, p.09). Em suma, o cenário social contemporâneo não comporta o estabelecimento de uma relação anacrônica para com o objeto de estudo. Há que se almejar a transposição de uma visão unicamente histórico-empírica para se buscar a análise, uma vez que “a idéia de que só a mudança das estruturas pode produzir transformações, sem envolver os nossos modos de construir, individual e coletivamente, a mesma experiência humana, pertence às ilusões do passado” (MELUCCI, 2004, p.11).

Visto que os novos tempos não colocaram fim aos movimentos sociais, mas simplesmente proporcionaram novas oportunidades e locais de atuação, como proceder nesse novo cenário social? Antes de passarmos a discussão propriamente dita sobre os movimentos sociais alguns apontamentos se fazem necessários. A própria palavra *movimento* carrega consigo um problema intrínseco. A polissemia do termo causa o perigo de considerá-lo sinônimo de tudo o que possa causar, de certa forma, algum efeito sobre a organização social. Portanto, há que se diferenciar o movimento social de outros fenômenos coletivos como delinquência, reivindicação e o comportamento agregado de massa.

Os fenômenos contemporâneos se vistos, simplesmente, à luz da estrutura podem emitir uma imagem turva e dar a impressão de um objeto empírico unitário e harmonioso, o que pode não

³ Tradução livre.

condizer com as relações ocorridas em seu interior. Nesse sentido, “a própria noção de ‘movimento’ que originalmente se apresentava como uma entidade que atuava contra o sistema político e governamental, resulta agora inadequada para descrever a realidade dos fenômenos coletivos reticulares e difusos” (MELUCCI, 1999, p.11). Então, de acordo com o próprio Melucci, podemos inferir que os movimentos sociais estão para além de uma coisa ou mesmo um dado. Vistos dessa forma podem se tornar, simplesmente, uma imagem caricatural de cobrança de mudanças.

No que concerne à possibilidade de ocorrência dos movimentos, a conjuntura tem poder de influenciar, todavia, uma crise social conjuntural é insuficiente para atender a considerações em torno das motivações e conflitos coletivos. Os movimentos sociais nas sociedades complexas marcam a entrada do sujeito na cena pública como arena de disputas. Entretanto, o próprio movimento pressupõe uma instância marcada por diferentes nuances, por regras e trâmites. O conflito travado tem o poder de influenciar no modo de produção da sociedade e na vida cotidiana dos envolvidos no processo (MELUCCI, 1989). O movimento pode ser visto como uma teia composta de complexas redes em que a questão identitária é perpassada por intercâmbios, negociações, decisões e conflitos (MELUCCI, 1999). Na atualidade ele interpela a ordem social e funciona como combustível da mudança, é um profeta do presente em uma sociedade do agora. A matriz eminentemente política, baseada em projetos futuristas, característica de tempos passados dá lugar a uma diversidade considerável: movimentos feministas, homossexuais, juvenis, étnicos, ecológicos e pacifistas, esses refletem a vivência do sujeito no cotidiano.

Segundo Melucci:

Os movimentos nas sociedades complexas são redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado. Trata-se de uma transformação profunda do modelo organizativo que se apresenta como uma estrutura qualificante e específica das formas emergentes do conflito em sociedades de alta complexidade. (MELUCCI, 2001, p. 97).

Ao contrário do que possa parecer os movimentos tem um gasto de energia considerável para além dos conflitos coletivos. Há um grande dispêndio de força com o intuito de manter a unidade interna e sua organização, uma vez que no seu interior a heterogeneidade produz disputas em torno de significados, modos de ação e organização diferenciados. Enquanto fenômeno coletivo a manutenção do movimento não lhe é inata, depende de negociações para manter unidas as

diferenças de uma organização que não é monolítica. De acordo com Melucci (2001) nos estudos atuais sobre os movimentos sociais ainda permanecem aspectos ingênuos que pressupõem uma unidade empírica, uma realidade coletiva existente enquanto coisa e onde o agir social é um dado.

O movimento social carrega em seu cerne o caráter antagônico, a quebra de regras, para além dos limites impostos pelo sistema de relações sociais. A presença do *conflito* gira em torno do sistema existente e da cobrança de mudanças do próprio sistema que passa a ser visto como não condizente com a realidade vivida pelos atores que compõem o movimento.

Portanto:

Fora dos objetos concretos, materiais ou simbólicos, que podem estar em jogo em um conflito, o motivo pelo qual nos enfrentamos é sempre a possibilidade de nos reconhecermos e sermos reconhecidos como sujeitos de nossa ação. Entramos em um conflito para afirmar nossa identidade, negada por nosso opositor, para nos reapropriar daquilo que nos pertence, porque estamos aptos a reconhecê-lo como nosso. (MELUCCI, 2004, p. 49).

Os conflitos nos quais nos envolvemos expressam sempre uma oposição entre os pólos do auto-reconhecimento e do heterorreconhecimento, entre o modo como nos definimos e o modo como os outros nos definem. Conforme supramencionado, em cada conflito, mesmo quando está em jogo um objeto concreto – até mesmo um bem material –, vai também estar sempre presente um conflito de identidade. (MELUCCI, 2004, p.52).

Há uma relação que ultrapassa, simplesmente, a divergência entre expectativas do movimento e as recompensas proporcionadas pela sociedade. A questão gira em torno de uma justiça distributiva condizente com o que a sociedade pode oferecer. O efeito do movimento sobre a arena de disputas relacionais decorre de uma *ação coletiva* que emana do movimento. Tal ação “é resultante de objetivos, recursos e limites, isto é, uma orientação finalizada que se constrói por meio de relações sociais no interior de um campo de oportunidades e vínculos” (MELUCCI, 2001, p.46).

Diante desse quadro, pode-se considerar que os movimentos implicam *solidariedade*, ou seja, capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte de uma unidade social, “graças à solidariedade que nos liga aos outros, podemos nos afirmar como sujeitos de nossa ação e suportar a ruptura que o conflito insere nas relações sociais” (MELUCCI, 2004, p.49). Nesse sentido, há que se considerar a construção de uma *identidade coletiva* enquanto um sistema de ação

desenvolvido pelo grupo, essa “não é um dado ou uma essência, mas produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores” (MELUCCI, 2001, p. 23). O exercício da ação coletiva por parte do movimento só se dá pela capacidade de formação de um “NÓS” que agrega o sentido, os limites e o campo da ação, “a participação em ações de mobilização coletiva e em movimentos sociais, o engajamento em atividades de inovação cultural e ações voluntárias de cunho altruísta assentam seus alicerces sobre a necessidade de identidade e contribuem para respondê-la” (MELUCCI, 2004, p.49).

O antagonismo pressupõe a delimitação da fronteira entre o “NÓS” e os “OUTROS”. Dessa forma, ficam estabelecidos os envolvidos na disputa ocorrida na arena relacional, sem deixar de considerar o reconhecimento recíproco por parte dos mesmos. Há aí um sentido para a ação desse coletivo, o que faz com que emerja da ação coletiva o exercício da identidade coletiva. Essa, apesar das diferentes nuances que a compõe, é agregadora, pois capacita ao ator a definir-se a si mesmo e ao seu opositor.

Segundo Melucci:

Um movimento social é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos. A ação coletiva de um movimento se manifesta através da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação mesma se situa (...). Um movimento não se limita, portanto, a manifestar um conflito, mas leva para além dos limites do sistema de relações sociais a que se destina (rompe as regras do jogo, propõe objetivos não negociáveis, coloca em questão a legitimidade do poder, e assim por diante). (MELUCCI, 2001, p.35).

A ação coletiva decorre da dissonância entre o movimento e a ordem social, daí sua ininterrupta construção pressupondo a impossibilidade de se manter um equilíbrio constante. A simples existência de um conflito e da luta de dois atores pela apropriação de recursos valorizados por ambos não contempla o movimento social em toda sua singularidade. Há que se considerar a existência do conflito a partir de um sistema comum de referências, há algo em jogo, que interessa e é valorizado por ambos os envolvidos no digladio. Em suma, pode-se definir analiticamente segundo Melucci (1989) o movimento social como sendo “uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema que ocorre a ação” (p.57).

De acordo com o que já foi discutido em relação aos movimentos sociais e suas características nas sociedades complexas contemporâneas, podemos inferir a existência de movimentos que têm como premissa levantar as questões e conflitos vividos pelos jovens de hoje. Não obstante a diversidade, esses compõem uma rede de articulações complexas e uma conotação massificada tende a simplificar um campo rico em possibilidades, assim, já não se comporta de forma adequada um modelo de ator único.

A atuação do jovem no contexto social o insere como um ator em potencial para interpelar a organização e a hierarquia da sociedade em questão, daí a demarcação de quem fala, de onde fala e para quem fala. Em se tratando de juventude, o primeiro passo está no reconhecimento do jovem como ator de conflitos e sujeito de direitos.

De acordo com Dayrell, podemos considerar que:

A juventude é uma categoria socialmente construída e ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos, marcada pela diversidade em condições sociais (origem de classe, por exemplo), culturais (etnias, identidades religiosas, valores, etc.), de gênero e até mesmo geográficas, dentre outros aspectos. Além de ser marcada pela diversidade, a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se na medida das mudanças sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeitos que experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se insere (DAYRELL, 2006 a , p. 5).

A sociedade prima por moldar os seres que a compõe, desta forma a assimilação de regras e procedimentos é preponderante para a inserção social. Podemos chamar, portanto, de *socialização* essa moldagem do ser para o condicionamento às formas, valores e dinâmicas da sociedade à qual está inserido. Esse processo tramita como legado das gerações mais velhas para as gerações vindouras e pode não agregar interesses distintos que se refletem em conflitos potenciais.

Uma forma de desqualificar ou mesmo desconsiderar as questões juvenis pode estar em vincular o viver do jovem meramente ao hedonismo. Reconhecer a individualidade não pressupõe individualismo, “hoje, os indivíduos dispõem de maiores recursos para desenvolver a própria individualidade, e a ação social acaba envolvendo-nos como indivíduos, pois podemos produzir de modo autônomo e reconhecer o sentido daquilo que fazemos” (MELUCCI, 2004, p. 65). Diante das

infinitas possibilidades de experiência proporcionadas na atualidade a questão identitária se mostra importante.

O estudo sobre juventude carrega consigo uma tensão intrínseca vinculada à polissemia do termo e a uma visão ligada à transitoriedade do momento. Transitoriedade essa que não pode ser negada, mas que também não é característica única e cabal (SPOSITO, 1997, 2000). Se pensada unicamente como um momento, a própria juventude, acaba impossibilitando o jovem de ser algo, uma vez que será visto sempre como um ser incompleto e em processo de formação. Pensar o jovem enquanto sujeito é reconhecer o mesmo como alguém que vive uma *condição juvenil* de características e problemas próprios. O jovem tem suas questões em relação ao seu tempo e o tempo da sociedade em que vive, aos significados contidos nas suas experiências de vida, aos seus pertencimentos e por que não com o próprio trabalho enquanto possibilidade de desfrutar de sua condição juvenil.

A dinâmica das sociedades complexas faz com que a tensão que perpassa as múltiplas possibilidades de escolha se reflita na vida cotidiana. No que concerne ao jovem, esse há que tentar transpor um rótulo, que tende a ser negativamente construído pela sociedade e se afirmar na luta pela existência como indivíduo, sem se esquecer que se trata de uma necessidade e que fica a cargo da sua responsabilidade (MELUCCI, 2004). Entretanto, é humanamente impossível cobrar do jovem um domínio total do que a sociedade lhe oferece.

Sobre esse contexto, Melucci nos diz:

Encontramo-nos, pois, pertencendo a uma pluralidade de grupos gerada pela multiplicação dos papéis sociais, das redes associativas e dos grupos de referência. Entramos e saímos desses sistemas com mais frequência e rapidez do que no passado – animais migrantes nos labirintos da metrópole, viajantes do planeta, nômades do presente. Participamos, na realidade e no imaginário, de uma infinidade de mundos. Cada um deles é caracterizado por uma cultura, uma linguagem, um conjunto de papéis e de regras, aos quais devemos nos adaptar a cada migração. Isso comporta uma pressão constante à mutação, à transferência, à tradução daquilo que éramos um segundo atrás para novos códigos e novas formas de relações. (MELUCCI, 2004, p. 60).

O grande dilema está em lidar com o paradoxo da ampliação das chances e a necessidade de se fazer escolhas certas. Qual o critério utilizar para considerar quem sou, o que sou, o que é bom ou ruim, certo ou errado? A questão está na continuidade da construção do “EU” no tempo e dos

limites desse mesmo “EU” em contraposição ao “OUTRO”. Diante disso, podemos inferir a existência do “EU” em várias instâncias migratórias e adaptáveis e que em relação aos movimentos sociais se agrega, por ter interesses recíprocos, a outros indivíduos. Juntos esses indivíduos constroem – por meio de escolhas, disputas e significados – um “NÓS” que se sustenta em uma identidade coletiva enquanto sistema de ação do grupo.

De posse dessa discussão preliminar passamos a tratar especificamente do movimento estudantil, ou seja, das experiências proporcionadas pelo grêmio estudantil no cotidiano da escola enquanto área de atuação e arena relacional.

Ainda tende em prevalecer no imaginário social uma figura do estudante alicerçada nas experiências do passado, um anacronismo que desconsidera singularidade e particularidade. As imagens amalgamadas no paradigma do ator único já não condizem com as forma de atuação do jovem estudante contemporâneo. Muitos se questionam quanto ao jovem e o movimento estudantil da atualidade. As análises mais pessimistas podem até dizer da inexistência desse movimento em virtude da “alienação” do jovem de hoje que pouco se interessa por questões coletivas e sociais. Porém, ao que parece, o que ocorre é uma tentativa de moldar algo novo em paradigmas passados.

Segundo Melucci:

Estamos, certamente, diante do desaparecimento da ação dos sujeitos que coincidem com a nossa idéia tradicional de movimento. Não creio que isto signifique o desaparecimento da ação coletiva, nem o desaparecimento dos conflitos sociais. Penso, ao contrário, que o que está desaparecendo é a modalidade de constituição dos atores coletivos que caracteriza a época moderna. (MELUCCI, 2001, p. 10).

Assim sendo, o grêmio estudantil – que não deve ser confundido com o movimento social em si – se torna um lugar concreto de prática social e a escola enquanto arena relacional se torna lugar profícuo para o jovem exercitar experiências referentes à atuação social, uma vez que agrega processos diversos de relações sociais (DAYRELL, 2006). A instituição escolar foi pensada desde os tempos mais remotos com o intuito de humanizar o ser que nela se insere. Apesar da perda do monopólio do processo educacional, a escola é ainda um dos maiores veículos de transmissão de valores e regras. Essa formaliza um saber/conhecimento reconhecido e endossado pelo coletivo

social, assim, é produtora uma educação que resulta do meio sócio-cultural ao qual está inserida. Transforma o ser natural em social (DURKHEIM, 1973).

A sociedade é perpassada por uma diversidade institucional considerável e dentre as várias instituições encontra-se a instituição escolar. Dada a polissemia do termo *Instituição* esse pode designar várias coisas dentre elas as organizações, os costumes, os hábitos, as regras e as religiões, em resumo toda a vida social, maneiras de ser e de pensar (DUBET, 2006). As instituições, para Dubet, contam com um *Programa Institucional* que pode ser visto como uma forma específica de trabalho sobre os outros, um tipo particular de socialização. É através desse programa que os valores e os princípios sociais se transformam. Portanto, se poderia inferir que à medida que a sociedade muda, os programas institucionais deveriam acompanhar essa dinâmica, porém, não é o que parece acontecer. O que nos permite inferir que a dissonância entre as instituições e seus programas e a realidade social pode refletir-se em uma situação de crise potencial.

A dinâmica social se altera com o passar do tempo e as instituições deveriam, pela lógica, acompanhar essa dinâmica. A escola que antes era destinada a poucos foi democratizada e hoje agrega diferenças e singularidades. Os questionamentos vários levantados com relação à escola e sua capacidade educacional na atualidade podem ser indícios de uma necessidade de mudança imposta pela dinâmica da sociedade a qual se encontra vinculada. Há que se questionar em que medida a instituição, na atualidade, tem possibilitado ao jovem que a frequênta o exercício pleno de sua condição juvenil e das diversas experiências advindas dessa condição (DAYRELL, 2006 a).

O grêmio estudantil pode funcionar como local possibilitador de experiências participativas, a atuação do coletivo de estudantes no cotidiano escolar através do grêmio pode servir para aglutinar o discurso estudantil e ecoar questões. Isso nos permite perceber na ação coletiva construída nesse contexto um possível movimento reivindicativo.

Conforme Melucci:

Se o conflito e a ruptura das regras ocorrem no interior de um sistema organizativo, caracterizado por papéis e funções, parece-me oportuno falar de um movimento reivindicativo. O ator coletivo reivindica uma diversa distribuição dos recursos no interior da organização, luta por um funcionamento mais eficiente do aparato, mas se confronta também com o poder que impõe as regras e as formas de divisão do trabalho.(MELUCCI, 2001, p.41).

A incidência de reivindicações no seio da instituição escolar não se relaciona com uma possível quebra de hierarquia, pelo contrário, pode fornecer subsídios para que os estudantes se sintam realmente parte desse contexto. Em função da sua ação coletiva e conseqüentemente, sua participação, outros papéis serão possíveis. Nesse sentido, o papel do jovem estudante no processo educacional escolar sinaliza a necessidade de maior atenção e reflexão. Ao contrário do que possa parecer, esse tipo de movimento tende a dinamizar as relações no interior da escola. O que poderia ser entendido como uma contribuição para uma possível quebra de valores e normas, pode, ao contrário, ser um caminho para algo real e exequível de acordo com o que se espera da educação. Conforme demonstra Arroyo, “dando voz àqueles que por tanto tempo foram silenciados, suas auto-imagens podem destruir tantas imagens estereotipadas que pesam sobre eles” (2005, p. 81).

Estudar as experiências participativas ocorridas através grêmios estudantil no cotidiano de uma escola tem por premissa analisar o *modus operandi* do coletivo de estudantes em sua esfera de ação. Uma vez que a própria prática tem como possibilidade vislumbrar os meandros das lutas travadas no interior da instituição escolar, “uma ação coletiva não pode ser explicada sem levar em conta como os recursos internos e externos são mobilizados, como as estruturas organizacionais são constituídas e mantidas, como as funções de liderança são garantidas” (MELUCCI, 1989, p. 56).

Partindo das considerações de Melucci podemos inferir que a participação vivida pelos estudantes na escola pode contribuir de forma importante com experiências ímpares e diversas. O convívio com opiniões diferentes, a discussão em público nas reuniões, a resolução de problemas e proposição de soluções e até mesmo o exercício do pensar e discutir questões concernentes à escola e aos estudantes, podem aparecer como um terreno potencialmente fértil.

Há que se considerar que o grêmios estudantil não é a expressão cabal do movimento estudantil, mas é uma *área de movimento*, uma rede que partilha a cultura desse movimento e sua identidade coletiva. Os movimentos sociais possibilitam a construção de uma identidade no seio da coletividade, sendo que essa identidade não é única, é parte de uma rica pluralidade de instâncias de ação, convívio e relação. A escola é um local propício para a construção identitária e reflete uma ação *sui generis* de seus atores, a autonomia que é um objetivo dos movimentos sociais nas sociedades complexas demonstra as mudanças nas formas de representatividade e deixa claro que na atualidade as organizações políticas tradicionais já não são paradigmas a serem seguidos.

As discussões aqui levantadas estão muito longe de expressar um consenso no que tange ao movimento estudantil, os movimentos sociais contemporâneos e sua participação no tecido social. Todavia, esperamos que tenhamos contribuído minimamente, no sentido de levantar questões em relação a uma *sociologia da escuta*. Compactuamos com Melucci (2004) que considera o mundo de hoje necessitado de um conhecimento que conceba a todos como sujeitos. O caminho é árduo, mas a empreitada é válida.

Referências Bibliográficas:

ARROYO, Miguel. *Imagens Quebradas*. Petrópolis: Vozes, 2005.

DUBET, François. *El declive de la institución: profissões, sujetos e indivíduos ante la reforma Del Estado*. Barcelona: Gedisa, 2006.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Rio de Janeiro: melhoramentos, 1973.

DAYRELL, Juarez. A Escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: VIEIRA, Maria Manuel (org.). *Atores educativos: escola, jovens, e media*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

_____ ; GOMES, Nilma L. ; LEÃO, Geraldo M. P. *Escola e participação juvenil: (re) pensando os vínculos*. [s.n.t.].

_____. *A música entra em cena: o rap e o funk a socialização da juventude*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

_____. *O jovem como sujeito social*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, nº 24 set./dez., 2003.

_____. A escola como espaço sócio-cultural. In: _____ (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 136 – 161.

_____. A escola “faz” juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Simpósio Internacional “Cuitat.edu: nuevos retos, nuevos compromissos”. Barcelona outubro de 2006a.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MELUCCI, Alberto. *Um objetivo para os movimentos sociais?* Revista Lua Nova. São Paulo, nº17, 1989.

_____. *Juventude, tempo e movimentos sociais*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED, nº 6, 1997.

_____. O jogo do eu. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

_____. A invenção do presente. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Acción coletiva, vida cotidiana y democracia. Pedregal de Santa Tereza: Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; SOUZA, Telma Regina de Paula. *Problematizando discursos contemporâneos sobre as formações identitárias*. Revista Idea, n.36.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude: crise, identidade e escola. In: DAYRELL, Juarez (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 96 – 104.

_____. *Juventude e escolarização* (1980/1998). Série Estado do Conhecimento. Brasília: MEC/INEP, 2000.

_____. *Estudos sobre juventude em educação: juventude e contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED, nº 5 e 6, 1997.

_____. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED, nº 13, 2000.